

Parlamentar lembrou que, no grupo que compõe os 10% mais pobres do Brasil, os negros representam 76%



Deputados, representantes do governo e da sociedade debateram a situação dos negros no mercado de trabalho

A inclusão de jovens negros no mercado de trabalho foi um dos pontos abordados por deputados e representantes do movimento negro que participaram nesta terça-feira (29), na Câmara dos Deputados, da sessão solene que lembrou o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Eles reconheceram que as cotas para ingresso de negros nas universidades brasileiras é um avanço, mas acreditam que agora o setor empresarial precisa se abrir para absorver os egressos do ensino superior.

“Onde estão os negros no mercado de trabalho? Qual a posição da população negra quando falamos em distribuição de renda?”, questionou, por exemplo, a deputada Josi Nunes (PMDB-TO). Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a parlamentar lembrou que, no grupo que compõe os 10% mais pobres do Brasil, os negros representam a maioria e representam 76%. “As oportunidades e os privilégios têm cor neste país”, resumiu. Josi Nunes lembrou ainda que o alto escalão do mundo corporativo permanece majoritariamente branco.

Para o diretor-geral da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, o Brasil precisa fazer um chamamento ao ambiente corporativo para que as oportunidades sejam colocadas para esses jovens. “Se tivéssemos um ambiente empresarial dizendo que a diversidade é um valor social, teríamos um contexto para que esse público pudesse ser integrado”, afirmou.

No setor público e na política, o mesmo quadro se repete, disseram os participantes da sessão solene. “Somos pouco mais de 4% na Câmara. Somos 19 deputados, mas fazemos um barulho de 60. É preciso que nosso povo, ao votar, olhe direitinho para que haja uma real representação no Congresso dos negros, das mulheres, da juventude, dos trabalhadores”, alertou o deputado Vicentinho (PT-SP).

### Violência

Em discurso enviado ao Plenário e lido pela deputada Érika Kokay (PT-DF), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que “estabelecer diferenças por motivos raciais é um atraso”. Ele lembrou que a Constituição de 1988 repudiou o racismo expressamente, definindo-o como crime inafiançável e imprescritível. Ainda assim, continuou, o mal se manifesta na sociedade brasileira por meio da violência, por exemplo, que afeta brancos e negros de forma diferente.

Trata-se de um racismo que se modifica à medida que a sociedade se modifica, segundo a secretária de Promoção da Igualdade Racial, Luislinda Valois. “Na internet, o cidadão fraco, pequeno, se aproveita daquele aparelho minúsculo [o celular] e se esconde para nos agredir”, lamentou.

A violência se manifesta também por meio da intolerância religiosa, conforme lembraram os palestrantes. “O que está acontecendo com os cultos de matriz africana é um desrespeito à cultura brasileira e afro-brasileira”, afirmou o presidente da Fundação Cultural Palmares, Erivaldo Oliveira da Silva, em referência a ataques sofridos por terreiros de candomblé e umbanda.

## Emendas

Silva clamou aos parlamentares que apresentem emendas voltadas à fundação para o desenvolvimento de ações de valorização da cultura negra. A deputada Tia Eron (PRB-BA), que sugeriu a sessão juntamente com Erika Kokay, concordou que tratar da questão racial sem recursos é inócuo.

Erika Kokay acrescentou que o racismo se enfrenta com políticas públicas e culturais, desde a escola. Para ela, a possibilidade de se retirar a obrigatoriedade dos ensinamentos de sociologia e filosofia no ensino médio significa se calar diante do problema.

[Fonte: Agência Câmara, 30 de novembro de 2016](#)